

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

A NGB E A AUTORIA NO DISCURSO GRAMATICAL

Lauro Baldini

*“É só quando há esquecimento de quem disse ‘colonização’,
onde, como e para quem, que o sentido da colonização
produz seus efeitos.*

*Desse modo é que se pode dizer que o esquecimento, na
análise do discurso, constitui a memória; ele é estruturante”*

Eni Orlandi, *As formas do silêncio.*

Definindo a Nomenclatura

NUM TRABALHO anterior (Baldini, 1997), havíamos definido a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) como um texto original que produzia uma modificação no papel da autoria do gramático. Ali, dizíamos que o gramático passava de *autor a comentarista*, nos termos de Foucault. Agora, sentimos a necessidade de precisar melhor essa nossa afirmação. Nesse sentido, parece-nos mais produtivo, em relação ao quadro teórico a que nos filiamos, considerar a NGB como um *discurso fundador* (Orlandi, 1993), no sentido de que se trata de um texto que abre (e fecha) espaços no formulável, produzindo as regras de constituição de novos textos. No caso da NGB, temos um acontecimento bastante especial, pois sua materialidade (ser uma nomenclatura e ter caráter oficial) imprime movimentos determinados no surgimento e retomada dos sentidos. Passemos então a considerar essa materialidade.

Analisar um instrumento lingüístico como a NGB passa por defini-lo primeiramente como tal. O que é uma nomenclatura? Para que serve? Como se pode identificá-la? A resposta é menos simples que parece, por parecer evidente: uma nomenclatura é uma coleção de nomes a serem usados em um campo determinado. Se nos contentamos com tal definição, dificilmente se poderá apreender o mecanismo discursivo que opera num objeto desse tipo. Daí em diante, é necessário precisar melhor a amplitude da definição. No que nos interessa, que é a nomenclatura gramatical, uma nomenclatura pode vir acompanhada de uma definição de cada nome apresentado:

“Adjetivo

Adjetivo é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo.” (*Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, 1957:25)

Nesse caso, a nomenclatura gramatical aproxima-se bastante de uma gramática propriamente dita. Sua diferença estaria em não apresentar exemplos, parte essencial do discurso da gramática (Auroux, 1992:66). Ou, de forma diversa, a nomenclatura pode apenas listar os nomes, sem contudo defini-los:

III – Adjetivo (*Nomenclatura Gramatical Brasileira*, Rio de Janeiro: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, 1958, pág. 16)

Em ambos os casos, a nomenclatura funciona como um “atestado de existência” de cada categoria, mas seu efeito discursivo é bem diferente em cada um, pois a limitação da autoria que a nomenclatura irá impor está estritamente ligada à definição ou não de sua terminologia.

Além disso, uma nomenclatura gramatical apresenta uma estruturação hierárquica (sujeita a muita revisão e discussão – como no caso de qualquer um dos nomes listados) de cada categoria e de suas divisões:

“Divisão da Gramática:

Fonética, Morfologia, Sintaxe” (Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. cit., pág. 4)

Finalmente, uma nomenclatura gramatical dada apresenta geralmente uma referência a nomenclaturas anteriormente estabelecidas ou apenas a nomes que são substituídos ou excluídos pela nova norma. Tal elemento pode ocorrer na forma de notas ou apêndices ao texto da nomenclatura. Evidentemente, todos os procedimentos descritos acima representam a configuração básica de determinada nomenclatura gramatical. Eles podem intercambiar-se ou mesmo aparecerem de forma ligeiramente diferenciada (a nomenclatura pode, como é o caso da NGB, ter caráter oficial). Os limites, no entanto, podem ser fixados estabelecendo-se o ponto de contato entre uma nomenclatura gramatical e uma gramática. Mesmo sendo impreciso, esse limite existe e permita a identificação de cada um dos objetos.

Esse tipo de descrição que acabamos de fazer, obviamente empírica, não é suficiente para dar conta de uma nomenclatura em seu aspecto discursivo. Quanto muito, permite ao pesquisador um modo de certificar-se de estar diante de uma nomenclatura, mas isso é um tanto evidente por si mesmo. O que interessa sobretudo é aliar essa descrição empírica à teorização do funcionamento discursivo de uma nomenclatura. Uma nomenclatura gramatical funciona como um *discurso sobre a metalíngua e regula o papel da autoria* no discurso em segundo nível. Em outras palavras, uma nomenclatura gramatical procura regular a interpretação ao fixar sentidos para a metalíngua, num nível imediatamente inferior ao da gramática. Trata-se de um discurso-sobre (mais adiante retomaremos essa questão).

A NGB e sua Implementação

Tornada oficial através de uma portaria ministerial de 28 de janeiro de 1959, a NGB tem produzido seus efeitos na medida inversa de sua lembrança em nossos estudos sobre a gramática. Quanto mais esquecida, mais pode ela operar efetivamente, produzindo efeitos discursivos de que falaremos a seguir.

Antes disso, gostaríamos apenas de salientar alguns aspectos sobre o período em que se deu a NGB. Segundo Guimarães (1996), a NGB pode ser inserida em dois grandes recortes quanto à sua periodização: primeiramente, ela se situa no 3º dos 4 grandes períodos da gramatização brasileira, o qual se caracteriza por uma valorização das especificidades do Português no Brasil; em segundo lugar, ela se insere no quadro dos trabalhos sem filiação teórica definida. De outro modo, a NGB pode também ser inserida nas políticas linguísticas do Estado Brasileiro, num movimento em que constituir a língua (e o modo de acesso a ela) faz parte da própria constituição do Estado e, portanto, do Brasil enquanto nação independente. Dessa maneira, a NGB faz parte de um projeto político cujo começo pode ser definido, sem muita precisão, no Programa de Português de Fausto Barreto, de 1887, quando o comparativismo serve de memória para a constituição de um dizer que não se ancore em Portugal (Guimarães, 1997). Trata-se, cada vez mais, de instituir ao gramático uma autoria que se filie por outros lugares que não a nosso “descobridor”.

A NGB é, então, parte de um processo de constituição de uma *memória*, de um espaço de remissão que permita aos autores de gramáticas se afirmarem enquanto autores de gramática “brasileiros”. Nesse sentido é que a NGB é um discurso fundador; no sentido de que *funda uma memória*. Seu acontecimento, no entanto, por situar-se em um momento diferenciado da constituição do Estado brasileiro, dá-se numa configuração diversa àquela do século XIX.

No momento de formulação da NGB, “*la question de l’Etat étant déjà réglé avec l’indépendance et la République, la production des grammaires prend un autre sens et une autre forme au Xxème siècle*”¹. Assim, “*l’explicitation progressive de l’image de l’Etat s’accompagne de la caractérisation de la question linguistique comme une question scientifique*”². Temos, então, a constituição cada vez mais consolidada do Estado brasileiro e, em consequência, sua explicitação progressiva através de políticas (no caso, linguísticas) que se fazem sob a égide do “científico”. É em resposta a esse movimento que a NGB opera, e é só sob tal configuração que ela poderia fazer sentido. Note-se que uma das “Normas preliminares de trabalho” da nomenclatura preceituava a “*exatidão científica do termo*”. Vejamos então que tipo de modificação a NGB produz em relação à autoria do discurso dos gramáticos.

NGB e Autoria

Um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de “modelo” de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, cuja gramática teve o maior número de edições e leitores até a NGB, irá gradativamente desaparecer, na medida em que seu falecimento impede a adaptação de sua gramática à nova nomenclatura. Rocha Lima, ao contrário, lança logo em seguida à NGB uma gramática quase que inteiramente baseada nela e que é reeditada até hoje. O que esses fatos revelam é que a NGB impõe uma transformação no discurso gramatical. Os próprios títulos das gramáticas lançadas em seguida materializam esse acontecimento: as gramáticas *exemplificam*, *definem*, *interpretam* e *explicam* a NGB. O gramático passa a ser aquele que *comenta* a nomenclatura.

Por se tratar de uma nomenclatura que não define sua terminologia, pode-se pensar que a NGB deixa “livre” aos gramáticos definirem o que significa cada termo, isto é, o gramático é livre para fazer seus *comentários*. Na verdade, não é bem isso o que acontece. Essa questão possui dois aspectos: em primeiro lugar, porque a própria inclusão ou exclusão dos termos já direciona o sentido, pois são palavras que já possuem uma memória própria no discurso gramatical, mas, por outro lado, uma palavra só possui sentido em uma formação discursiva específica e é nesse ponto que se pode identificar uma certa “liberdade” dos gramáticos. Aqui, cabe a consideração de que a NGB, enquanto *discurso fundador*, passa por dois momentos após sua implementação.

Num primeiro momento, os termos serão explicados, comentados, interpretados. Isso se dá através da profusão de gramáticas que visam dar sentido à terminologia da NGB. São os *gestos de interpretação* que irão definir o sentido de cada termo. Como dito acima, as gramáticas publicadas no período imediatamente posterior à NGB já trazem em seu título uma pista da modificação da função-autor de gramáticas:

Pequena gramática para explicação da NGB. Adriano da Gama Kury. 1961.

Gramática Metódica da Língua Portuguesa – de acordo com a NGB. Napoleão Mendes de Almeida. 1960.

Moderna Gramática Portuguesa – com base na NGB. Evanildo Bechara. 1960.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. Texto comentado por Antenor Nascentes. 1959.

E seguem-se muitos títulos semelhantes... Que indicam os gestos de interpretação ocorrendo, limitando e definindo os nomes “vazios” que a nomenclatura propunha. Mais importantes ainda são os “concursos de interpretação” promovidos em seguida à implementação da NGB. Todos esses acontecimentos exemplificam bem os gestos de interpretação que fazem do texto da NGB algo muito maior que sua materialidade empírica. Às 29 páginas do texto oficial vão-se adicionando todos esses outros textos, que conferem sentidos a cada um dos “nomes”. Esses mecanismos, aliados à prática pedagógica do professor de português, são aquilo que Pêcheux (1994:57) chamou de *“enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades geram a memória coletiva”*. E obtém sucesso: basta ver as gramáticas atuais, em que a referência à nomenclatura é quase que inexistente, embora ela seja seguida do início ao fim. Assim, a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido.

E há então um segundo momento, em que, através do mecanismo descrito acima, a NGB aparece como um texto que possui um sentido, que basta ao gramático *repetir*. Se é verdade que o gramático *“ne peut plus que répéter³”*, isso se dá no segundo momento após a NGB. No primeiro momento, ele não é o que repete, mas o que dá sentido.

Isso não significa, entretanto, que não haja possibilidade de deslizamento de sentidos. Pelo contrário, as gramáticas atuais mostram que vinga *“em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado. O sentido não pára, ele muda de caminho⁴”*. A autoria no discurso gramatical muda completamente após a NGB, mas isso não se faz de uma vez por todas nem perfeitamente. Como já dissemos (Baldini, 1997:8), *“recusas, restrições ou negações à NGB acontecem, mas seguem o princípio do comentário exposto por Foucault: são notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices; tudo que a NGB*

não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente". Mais além, o que ocorre no segundo momento é que o enunciador é apagado. A NGB passa a ser a "Gramática", e não o projeto de uma comissão⁵, seguidamente interpretado. O apagamento das referências à NGB nas gramáticas mais distantes de 1959 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico se torna a-histórico. Tudo torna-se evidência: o que é um "adjetivo", que falamos a "língua portuguesa", etc. Por ser um discurso sobre a metalíngua, a NGB regula a autoria fixando certos sentidos. Os "discursos sobre" são as instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. É através desse tipo de discurso que a memória discursiva é organizada, disciplinada e reduzida (Orlandi, 1990). No que diz respeito à NGB, temos uma institucionalização de sentidos que opera num segundo nível, pois ela é um discurso-sobre um discurso-sobre (a gramática).

A NGB e a Lingüística

Ainda no tocante à questão da autoria, um outro ponto se sobressai na análise da NGB: trata-se do fato de que, como afirma Orlandi (1997:9), após a NGB, *"a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o lingüista dizer como a língua é (português no Brasil / português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista"*. Esse movimento, continua a autora, se faz a partir de duas distinções, que irão atribuir à lingüística e à gramática propostas e objetivos diferentes: de um lado, o conhecimento científico da língua, e, de outro, a formulação de uma política lingüística através do ensino. Ambos oriundos de respostas à questão da unidade/diversidade da língua, mas que agora se fazem numa perspectiva em que a gramática (pedagógica) se subordina à lingüística (científica).

O movimento descrito acima se dá, então, a partir da necessidade de o Estado constituir um lugar de legitimação do saber sobre a língua (a lingüística), e um lugar de aplicação desse saber (a gramática). Essa divisão ocorre como resultado da especificidade em que a lingüística

e a gramática se constituíram no Brasil. Os gestos de interpretação que se fazem após a NGB mostram como a questão ainda era nebulosa:

“Convém observar que a gramática ‘normativa’ (chamada por outros ‘expositiva’ ou ‘descritiva’) corresponde à ‘lingüística sincrônica’ de F. DE SAUSSURE, e a gramática ‘histórica’ à ‘lingüística diacrônica’”. (OLIVEIRA, José Luís de. Interpretação da NGB. Rio de Janeiro: BibliEX, 1965, pág. 21.)

“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” (LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Briguiet, 9ª Edição, 1963, pág. 9.)

“Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos), não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofina disciplina, que justamente o que fez, nem nunca fará, foi ensinar a falar e escrever corretamente” (JUCÁ (FILHO), Cândido. 132 restrições ao anteprojeto da simplificação e unificação da NGB. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, pág. 5.)

Vê-se portanto que as evidências de hoje, quando o sentido de “gramática” e de “lingüística” está de certo modo estabilizado, foi fruto de gestos de interpretação em que se debatiam as posições mais conflitantes, e que refletiam uma alteração no quadro das disciplinas.

Considerações Finais

A análise que nos propusemos a mostrar neste trabalho não esgota todos os aspectos da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não podemos oferecer um estudo pormenorizado de todas as questões que a NGB poderia suscitar a uma análise discursiva. Por outro lado, como tentamos mostrar, alguns aspectos já se fazem mais claros e, à medida que são percebidos, indicam o caminho da análise posterior.

Um dos pontos essenciais na análise da NGB é a contradição que permeia todo seu processo: a relação entre as *palavras* e as *coisas*. Uma

questão profundamente ligada à tradição positivista tal como ela se desenvolveu no Brasil. É como se, para a NGB, a ligação entre sua terminologia e a mundo fosse direta, indicando o que existe e o que não existe na língua. A NGB se fundamenta justamente na consideração de que há *palavras demais para a mesma coisa*. Havendo muitos nomes para a mesma coisa, é preciso excluir, delimitar, escolherem-se certos nomes e não outros. Todos estão *falando sobre a mesma coisa*. É só a partir de tal ponto de vista que se justifica o processo de elaboração da NGB. Somente a partir dessa visão positivista é que se pode ver alguma coerência na nomenclatura. E é também por isso que os críticos da NGB irão dizer que ela não tem doutrina. Ver ou não algum sentido na NGB passa por filiar-se à mesma formação discursiva, uma formação discursiva em que o mundo e a linguagem estão diretamente ligados.

A questão da terminologia das gramáticas, aliás, já era fruto de discussões muito antes da década de 50. Em 1921, Antenor Nascentes sugeria à Liga Pedagógica que uma comissão recolhesse em todas as gramáticas as diferentes denominações e, *“impressa a lista de das denominações, será ela remetida a todos os professores de português dos quais a Liga tiver conhecimento, marcando-se um prazo de três meses para eles devolverem a lista, indicando as denominações que preferem e expondo as razões, caso o queiram”*⁶. Antes disso, João Ribeiro já se irritava: *“Essa mania de arquitetar nomes técnicos na maior parte insignificantes, nasceu, ao que parece, do gênio francês e inglês que, assim, criou um vocabulário científico de grandes proporções”*⁷. Como se vê, os nomes são insignificantes, e podem ser substituídos facilmente. A “coisa”, em si, permanece a mesma na visão dos gramáticos.

Outra questão que se faz cada vez mais presente é a explicitação da relação entre gramática e Lingüística no momento da NGB. A nomenclatura, enquanto tal, atinge apenas as gramáticas, e a Lingüística prossegue com suas próprias indagações. Isso está na dependência do papel que o Estado reservou à Lingüística e a Gramática em suas políticas, e, do mesmo modo, ao papel que a Lingüística e a Gramática reivindicaram para si nesse momento.

Notas

¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeco, 1998, pág. 3.

² Idem, ibidem.

³ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. pág. 4.

⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995, página 13.

⁵ Dessa comissão faziam parte: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (Filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, assessorados na redação final por Serafim Pereira da Silva Neto, Antônio José Chediak e Sílvio Edmundo Elia.

⁶ NASCENTES, Antenor. *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro, 1946, pág. 109.

⁷ APUD NASCENTES, Antenor. Op. Cit., pág. 11.

BIBLIOGRAFIA

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

BALDINI, Lauro. *NGB: "A gramática fala por si mesma"*. Trabalho apresentado no III Seminário de Teses em Andamento do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

GUIMARÃES, Eduardo. "Sinopse dos estudos do Português no Brasil". In: GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. "História da Gramática no Brasil e Ensino". In: *Relatos n. 5*. Publicação do Projeto "História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: SP, Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Metalangage et grammatisation au Brésil:*

- le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. “O Estado, a gramática, a autoria”. In: *Relatos*. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. “Vão surgindo sentidos”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: SP, Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura*. Campinas: SP, Ed. Da UNICAMP, 1994.

1. The first step in the process of identifying a problem is to recognize that a problem exists. This is often done by comparing current performance with a desired state or goal. For example, a manager might notice that sales are declining or that customer satisfaction is low. Once a problem is identified, the next step is to define it more precisely. This involves determining the scope of the problem, its causes, and its effects. For instance, a manager might define a sales decline as a 10% drop in revenue over the last quarter, caused by a decrease in the number of new customers and a loss of existing customers. The final step in the problem identification process is to prioritize the problem. This is done by assessing the importance of the problem and the urgency of addressing it. For example, a manager might prioritize a sales decline over a low customer satisfaction score if the sales decline is more severe and more immediate.